

**Um estudo sobre cultura material escolar no ensino de primeiras letras:
escolas de Triunfo, RS (década de 1880)**

**A study about school material culture in primary school:
schools in Triunfo, RS (1880's decade)**

Gabriela Portela Moreira¹

Cleusa Maria Gomes Graebin²

Resumo: Este trabalho está inserido no campo de estudos em História da Educação e tem o objetivo de analisar a situação da Instrução Pública no município de Triunfo, na então Província do Rio Grande do Sul, na década de 1880. Centra a atenção no que se constituíam como alguns dos suportes para o desenvolvimento das aulas: materiais pedagógicos, utensílios e mobiliário escolar. A pesquisa é um recorte de investigação mais ampla, voltada para a história da escola e da educação no Rio Grande do Sul, realizada a partir do acervo do Museu Histórico La Salle (MAHLS) e dos Fundos documentais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS). Constatamos o emprego, pelas autoridades constituídas, de poucos recursos para a instrução pública, o que justificava o cuidado com objetos e mobiliário escolar, a fim de evitar desperdício de recursos materiais e financeiros e despesas com depósitos e locais para a sua guarda. Também, a pesquisa possibilitou a compreensão da formação de uma rede de comércio de mobiliário escolar e de seus agentes, notadamente no espaço em estudo.

Palavras-chave: Instrução Pública; Cultura material escolar; Triunfo (RS).

Abstract: This work is included in the field of studies in History of Education and aims to analyze the situation of public education in the municipality of Triunfo, in the then Province of São Pedro do Rio Grande do Sul in the 1880s. The study centers the attention in some of the supports for the development of classes: teaching materials, utensils and school furniture. The research is a broader research, focused on the history of school and education in Rio Grande do Sul, made from the collection of the Historical Museum La Salle (MAHLS) and the Documentary Funds of the Historical Archive of Rio Grande do Sul (AHRS). We found that few resources were used for public education, this justified the care of objects and school furniture, in order to avoid wasting material and financial resources and expenses with deposits and places for their custody. Also, the research made possible the understanding of the formation of a school furniture trade network and its agents, especially in the space under study.

Keywords: Public instruction; School material culture; Triunfo (RS).

Introdução

O trabalho está inserido no campo de estudos em História da Educação, com o objetivo de analisar a situação da Instrução Pública no município de Triunfo, na então Província do Rio Grande do Sul

1 Universidade La Salle.

2 Universidade La Salle. E-mail: cleusa.graebin@unilasalle.edu.br

(década de 1880), a partir dos suportes para o desenvolvimento das aulas, ou seja: materiais pedagógicos, utensílios e mobiliário escolar. A pesquisa, de caráter qualitativo, é um recorte de investigação mais ampla, voltada para a história da escola e da educação no Rio Grande do Sul, realizada a partir do acervo do Museu Histórico La Salle (MAHLS)³ e dos Fundos documentais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS).

O trabalho envolve a cultura material⁴, relacionada por muito tempo à arqueologia, buscando-se nesse campo, por meio daquela, explicar o ambiente que a originou. No entanto, os historiadores, ao trabalharem com este conceito, estão cientes do seu duplo caráter, ou seja, fazendo parte do fenômeno histórico a ser estudado e sendo fonte para compreendê-lo. Em nossa pesquisa, os artefatos possibilitam a compreensão do sentido e do significado que lhes são dados por uma comunidade e como esses estão inseridos no “fazer” escolar.

No desenvolvimento da investigação, a elucidação de elementos sobre História da Educação no Brasil teve a contribuição de diversos autores, destacando-se os trabalhos de Kraemer Neto (1969), Romanelli (1985), Tambara (1991), Bastos (1994), Vidal (1995), Faria Filho (1996), Schneider (1993). Os estudos desses pesquisadores demonstram a formação da trajetória do sistema de ensino brasileiro e como esse foi se consolidando a partir de leis e decretos imperiais. No âmbito da cultura material escolar, trabalhos como os desenvolvidos por Faria Filho et al. (2004), Xavier e Marques (2006), Lima (2007), Souza (2007), Castro (2009), Castro (2011) e Arriada e Tambara (2012) auxiliaram a evidenciar de que forma a produção de artefatos esteve ligada ao processo de escolarização brasileiro e como se desenvolveram as relações entre a materialidade escolar e as práticas cotidianas no interior das aulas.

A pesquisa deu-se a partir da análise de documentação que integra o Fundo Instrução Pública⁵, custodiado pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), vinculado à Secretaria de Cultura do estado desde 1954. Este Fundo é formado por documentos dos séculos XIX e XX, relacionados à educação na então Província do Rio Grande de São Pedro e depois estado do Rio Grande do Sul, organizado por localidade e período. Os registros incluem documentos administrativos, mapas, tratados, manifestos e correspondências.

Inicialmente, o Fundo foi organizado e catalogado por uma das autoras, a qual realizou estágio no AHRS. Após este trabalho, optamos pelo recorte espacial que atualmente compreende a cidade de Triunfo e as freguesias a ela correspondentes no período selecionado, ou seja, a década de 1880. Analisamos mapas mensais e semestrais das aulas de primeiras letras, correspondências trocadas entre professores e a direção da Câmara Municipal e entre aqueles e os diretores e inspetores da Instrução Pública. Tais documentos se constituem em importante ferramenta para compreender a cultura material das escolas. Também, analisamos inventários de móveis e utensílios, elaborados por professores e comissões designadas para inspecionar as aulas públicas.

Segundo Bacellar (2005) cabe ao historiador localizar e investigar os acervos, com os quais intenta construir seu corpus documental. Nesse sentido, a compreensão do organograma das instâncias

3 O MAHLS, vinculado à Universidade La Salle (UNILASALLE), trata da história da escola e da educação lassalista no Rio Grande do Sul, Brasil.

4 Sobre cultura material ver Bucaille e Pesez (1989).

5 Este Fundo passou pelo Arquivo Público do Rio Grande do Sul, sendo transferido em 1926 para o Museu Júlio de Castilhos. Com a criação do AHRS (29/01/1954), este passou a custodiá-lo.

governamentais vigentes no período que se deseja investigar, auxilia na análise da documentação, apontando a sua produção e forma de arquivamento. Afinal, o documento não basta por si só: é necessário que o pesquisador saiba trabalhar com ele e fazer-lhe perguntas pertinentes. No que se refere à metodologia utilizada para a análise de tais documentos, este autor elenca alguns cuidados necessários: (a) a sua contextualização e interpretação à luz de sua época; (b) a atenção na interpretação de pesos, medidas e volumes; (c) a discussão acerca dos critérios adotados por quem produziu tais fontes; (d) o cruzamento com outros documentos; (e) o levantamento de possibilidades que apresentam; (f) a identificação dos indivíduos ali citados.

Ao mesmo tempo em que o Fundo Instrução Pública era organizado e catalogado, procedíamos à leitura e análise de legislação da época a respeito da formação do sistema de ensino no Brasil, cujos resultados trazemos na sequência do artigo.

Comentários sobre a legislação para a instrução pública no império (1824-década de 1880)

Mesmo que o recorte temporal de nosso estudo se restrinja à década de 1880 e, especialmente, o foco seja o Município de Triunfo (RS), iniciamos com uma síntese sobre o conjunto da legislação voltada para a educação a partir da emancipação política do Brasil de Portugal. Isto porque entendemos ser pertinente contextualiza-lo de acordo com o momento político-social em que leis, decretos e regulamentos foram produzidos. A legislação aponta também, para concepções de educação e, portanto, de mobiliário e equipamentos para o desenvolvimento das aulas.

A partir da Constituição de 1824, o ensino primário tornou-se gratuito a todos os cidadãos⁶. Não obstante, as escolas eram raras e, em função disto, a maioria da população em idade escolar⁷ não possuía acesso ao ensino. Com a intenção de resolver esse impasse, em 1827, o governo imperial, tornou obrigatória a existência de aulas públicas de primeiras letras em vilas e lugares populosos do Império, bem como foram criadas escolas para meninas. Porém, outra dificuldade trouxe obstáculos para a então chamada instrução pública — a carência de professores habilitados para exercer o magistério. Tentando resolver esse problema, a Decisão n. 138 de 1824, do Ministério da Guerra, ordenava que soldados habilitados no Método Lancaster⁸ deveriam retornar às suas Províncias para assumirem aulas nas Escolas de Primeiras Letras. No decorrer do Primeiro Reinado (1822-1831), três Avisos e duas Leis, tratavam da inspeção escolar, da abertura de escolas em locais mais populosos nas províncias e da indicação do Método Lancaster.

Com o Ato Adicional de 1834, legou-se às províncias o direito de legislar sobre o ensino primário

6 Eram excluídos dessa categoria, os filhos de escravos e de forros, proibidos por lei de frequentar escolas. No entanto, pesquisas recentes dão conta de iniciativas por parte de escravos e libertos que durante o primeiro e segundo período imperial se preocupavam “[...] em apropriarem-se dos saberes na forma escolar” (CRUZ, p. 28).

7 A idade escolar se iniciava aos sete anos.

8 O Método Lancaster ou ensino mútuo foi desenvolvido na Inglaterra por Andrew Bell e Joseph Lancaster. Consiste em lição ensinada pelo professor a um grupo de alunos “mais preparados” que seriam os multiplicadores entre outros grupos de discentes. Dessa forma, um professor poderia ensinar a um grande número de crianças e jovens. Conforme os alunos alcançavam outros níveis de aprendizagem, passavam para o posicionamento de “instrutores” de seus colegas. De acordo com Manacorda (2004), as despesas com professores eram diminuídas e se acelerava o que era considerado como progresso dos alunos. Sobre o método Lancaster ver: BASTOS, Maria Helena C. O ensino mútuo no Brasil (1008-1827). In: _____ e FARIA FILHO, Luciano Mendes (orgs). **A Escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo, RS: Ediupf, 1999, p. 95-118.

e elementar e, ao poder central, destinou-se a promoção e regulamentação do ensino superior. A descentralização do ensino resultou em diferentes graus de escolarização nas províncias brasileiras, bem como a elaboração de regulamentos e legislações diferentes.

Na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, leis que regiam a Instrução Pública se sucederam em 1837, 1842, 1857, 1859, 1876⁹. Interessa-nos a mudança que viria a ocorrer em 1881, com a publicação do novo Regulamento da Instrução Pública, a ser analisada ao longo deste artigo.

A década de 1880 foi, a nível regional e nacional, de intensa movimentação política e consolidação das propostas que levaram à instalação do regime republicano¹⁰. Em 1881 teve-se a promulgação da Lei Saraiva que tornava eleitor e elegível, não-católicos e estrangeiros naturalizados. Em 1882 ocorreu a publicação dos “Pareceres” de Rui Barbosa para a educação, texto no qual o autor defendia a liberdade do ensino laico e a obrigatoriedade da Instrução. Também foi um período de forte mobilização abolicionista, concretizada em 1888 com a assinatura da Lei Áurea. Por fim, em 1889, ocorreu a Proclamação da República (PESAVENTO, 1994). Nesse contexto de agitação política a educação ganhou destaque, conferências pedagógicas ocorreram em diversas partes do território imperial, com a abertura para a participação de professores públicos e particulares. Em termos de sistema de ensino, a regulamentação da instrução pública permanecia sobre responsabilidade das províncias (SCHNEIDER, 1993).

Essas mudanças podem ser acompanhadas a partir da documentação já referida. Dela, escolhemos a referente ao município de Triunfo e o que ali ocorria, como indício¹¹ de uma realidade que não se pode experimentar, mas que, a partir de uma determinada abordagem de casos delimitados, pode revelar situações mais gerais e amplas.

Instrução pública em Triunfo, RS, década de 1880: mobiliário e utensílios

A importância de tal cidade vem desde o início do povoamento da Capitania e depois Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, sendo a Paróquia de Senhor Bom Jesus do Triunfo um dos seus quatro distritos judiciários¹². Em 1872, o município continha 4.186 habitantes (pessoas livres e escravas)¹³.

Desde a década de 1830, o município já contava com aulas públicas, porém com escassos recursos para obtenção de moveis e utensílios, mesmo que pela legislação —Lei 14 de Instrução Primária, de 1837, Art. 5º —, o governo se compromettesse a fornecer, além dos móveis e utensílios, Compêndios, Livros, Translados de Calegraphia, estampas, papel, tinta e penas. As casas alugadas para as aulas, também apresentavam profundos problemas de infraestrutura, implicando em pouco rendimento por parte dos alunos e impedindo os professores de utilizarem os métodos de ensino¹⁴ prescritos nas leis e/ou regulamentos. Como indício, trazemos o caso do professor João da Silva Paranhos, que em carta destinada ao Presidente da Província, Manoel Antonio Galvão, colocava suas preocupações:

9 Sobre isto ver Arraiada e Tambara (2004).

10 Em 1882 foi fundado no Rio Grande do Sul, o Partido Republicano Rio-Grandense (PESAVENTO, 1994).

11 Ver Ginzburg (1987).

12 Subdivisão efetuada durante o governo de Paulo José da Silva Gama, em 1803, que entendia ser necessária a subdivisão do território rio-grandense em quatro distritos judiciários (FREITAS, 1993).

13 Ver De Província...(1981).

14 Método Lancaster ou simultâneo.

Rogo a V.Ex^a haja de propor ao Exm^o Conselho quando houver occasião de se reunir a necessidade que há da compostura da mesma caza, não só porque esta muito arruinada, como por que não posso ensinar pelo methodo d'Ensino Mutuo como sou obrigado, e athe mesmo por que he necessário por os meninos em differentes salas e desta maneira não se pode conseguir boa ordem entre elles, nem tão pouco algum adiantamento por não estarem sempre de baixo da minha inspeção. Deus Guarde a V.Ex^a. Villa do Triunfo 18 de Agosto de 1832 (AHRS, Instrução Publica – Maço 15).

No decorrer do século tais problemas não só persistiram como se agravaram. A partir da documentação examinada, percebemos que se aumentava o numero de alunos, porém, não havia carteiras para todos. A década de 1880, segundo Schneider (1993), caracteriza-se por constantes trocas de presidentes da Província, e por consequência, também os cargos de direção e inspeção da Instrução Pública. As sucessivas mudanças nos regulamentos e exigências de formação dos professores na Escola Normal (havendo apenas uma sede em toda a Província) dificultavam o exercício do magistério. No entanto, nesse período muito se discutiu sobre o ensino, ocorreram diversas conferências pedagógicas, discussões sobre a proibição de castigos corporais, divisão do ensino público em três graus (preliminar, elementar e complementar) e criação de cursos noturnos.

A escola primária também foi sendo ajustada de acordo com as novas tendências. Com o Regulamento vigente (1881), a direção da instrução publica era feita pelo Presidente da Província, por meio do Diretor Geral e seus auxiliares. Segundo o “Plano da distribuição das aulas publicas do sexo masculino e mistas de instrução primária da Província” de 1882, a comarca de Triunfo contava com quatro aulas (2 mistas e 2 masculinas), dois professores e duas professoras, na localidade de Bom Jesus (SCHNEIDER, 1993).

Além dessas, encontramos documentos referentes a aulas públicas nas seguintes freguesias: Costa do Arroio Cadea (1882, 1884); João Vieira (1886, 1888); Olaria Spalding (1884); Passinho (1888); Passo do Caí (1882); Passo da Ponte (1883, 1885), Ponta Raza (1886, 1887, 1888); Pontal do Triumpho (1884, 1888), Villa do Triumpho – cadeiras dos sexos feminino e masculino além de aulas mistas (1882, 1883, 1886, 1887 e 1888); Colônia Santa Cruz (1884)¹⁵. Nessa documentação é possível verificar o trânsito de professores por aquelas aulas, como por exemplo, o caso do professor Joaquim Carlos Nunes que, em 1884, servia na aula do sexo masculino no Pontal do Triumpho, em 1886 na aula mista da Ponta Raza e em 1888, na aula do sexo masculino da Ponta Raza. Conforme o capítulo IX, artigo 44, do Regulamento, as escolas pouco frequentadas poderiam ser transferidas para outra localidade, cuja frequência mínima para manutenção da aula era de quinze alunos.

A fiscalização do ensino era função do Diretor Geral, do Conselho de Instrução Pública, das Câmaras Municipais e dos inspetores escolares. A inspeção se dava, principalmente, a partir das Câmaras, cujas atribuições eram fiscalizar as escolas do município, nomear comissões para visitar as aulas trimestralmente e fazer relatórios sobre o que haviam observado, devendo esses, serem encaminhados ao Diretor Geral, junto com os mapas de frequência dos alunos, requerimentos de professores, etc. Os inspetores escolares¹⁶ deveriam visitar as escolas mensalmente, verificar o comportamento, moral e zelo dos professores, atentando para o cumprimento das disposições regulamentares. Também deveriam conferir o número de alunos matriculados, o aproveitamento e adiantamento destes. Cabia ao inspetor receber e enviar à Câmara os mapas de frequência dos alunos, assinalando as faltas e seus motivos. Tais controles também

15 AHRS – Instrução Pública, Maços: 2, 3, 4, 5, 11, 15 e 16.

16 Segundo o mesmo Regulamento, o ideal seria este cargo ser ocupado pelos juizes de paz em exercício.

se aplicavam aos utensílios e mobília. A respeito de tais comissões, a carta a seguir, assinada pelo Diretor Geral da Instrução Pública, em Porto Alegre, determina a sua atuação.

Porto Alegre 5 de Dezembro de 1884

O director geral da Instrução Publica nomeia o professor substituto José de Oliveira Castilho para em comissão com o officio da Secretaria da Intrução Publica Vitorino José dos Santos Azevedo e o professor Dioclecio Ferreira Bastos, proceder aos exames dos alunos da 1ª escola do 1º districto da capital, 2º grão, e sexo masculino.

O exame terá lugar no dia 6 do corrente das 9-12 horas da manha.

Findos os trabalhos a comissão apresentará minucioso relatório, no qual conste estado em se acha a escola não so no que diz respeito ao material como também no que se refere a escripturação, devendo ter especial atenção para o ensino em geral, notando o adiantamento dos alumnos, o methodo e processos de ensino seguido pelo professorem cada uma das matérias do programma.

Poderá a comissão indicar, justificando-as as medidas cuja adopção entender de vantagem ao progresso da instrução publica e as modificações que a pratica por ventura aconselhe fazer-se no programa geral do ensino primário.

Presidirá a comissão o official Victorino José dos Santos Azevedo (AHRS, I.P. M.16). (Grifo nosso)

A autorização para o abastecimento de materiais principiava na Diretoria Geral de Instrucção Publica em Porto Alegre e, posteriormente, passava pela Câmara Municipal, conforme as instruções do Diretor Adriano Nunes Ribeiro:

Pelo fornecedor das aulas publicas, Rodolpho José Machado, serão remetidas a v.Sa 2 volumes contendo fornecimento para as aulas publicas d'esse município, conforme a relação junta, e logo que elles ahi recebidos e que se verifiquem estarem intactos os sellos que vão resguardados com arco de ferro, essa Camara passará ou mandará passar pelo secretario o recibo de cada um volume nos respectivos pedidos que a este acompanhao e os quaes V.Sas devolverão a esta Directoria. Na entrega do fornecimento aos professores. V.S^{as} obterão d'elles os recibos que também se dignarão remeter-me (AHRS, Instrução Publica – Maço 16).

Os objetos recebidos eram os mais variados: livros, régua, folhas, lápis, giz – até utensílios como latrinas, vasilhas para água, cadeiras e mesas. O Congresso de Instrução ocorrido em 1883, no Rio de Janeiro, sobre a instrução primária das nações da Europa e América, contou não só com a presença de professores, como desses objetos, que saíram da cidade de Triunfo e foram transportados pela Companhia Nacional de Navegação a Vapor até o local da exposição. Posteriormente a mesma Companhia fez a devolução. O propósito dessa exposição era tornar conhecido o adiantamento da educação das nações participantes (AHRS, Instrução Publica – Maço 16).

A preocupação com estes materiais estava implícita no Regulamento e o artigo 17º, §2 determinava que os móveis e utensílios das escolas devessem ser inventariados semestralmente e, declarando-se o estado e qualidade dos mesmos, uma via deste documento fosse enviada para o Diretor Geral e outra ficasse em posse da municipalidade. Os móveis das escolas que deixassem de funcionar deveriam ser recolhidos a depósito, resultando em outro motivo de inquietação: os gastos com alugueis. A solução veio do Diretor Geral para a Câmara:

Para que não continue a Provincia a despender improficuamente com aluguel da casa de propriedade de João Paulo de Avila, occupada com os utensílios da 1ª aula mixta da — Costa do Arroio Cadea — vaga com a jubilação da respectiva professora S. Elisa de Castro Choux, em 20 de Março ultimo, peço a V.S^{as} se dignem, com urgência, arrecadar os referidos utensílios e recolhê-los a aula publica mais próxima, ainda que para isso seja mister alguma despesa de carroto (AHRS, Instrução Publica – Maço 16).

Recolher móveis e objetos, levando-os para outro local e instalando-os em outros estabelecimentos, ocasionou danos irreversíveis na mobília, como podemos acompanhar, a partir de correspondência da professora Delphina Dias Ferraz, que expôs ao Presidente da Câmara:

Tendo recebido os utensílios mandados para esta aula, participo a Vossa Senhoria que entre estes há alguns que estão muito estragados e por isso não posso utilizar-me d'elles. Communico também que as classes não chegam para accomodar os alumnos que tenho. A vista das rasoas que exponho, espero que Vossa Senhoria dê suas ordens a tal respeito (AHRS, Instrução Pública – Maço 3).

Ainda sobre a precariedade de móveis para atender à quantidade de alunos, temos o exemplo do caso da professora Andradina América d'Andrade e Oliveira que, em carta ao Presidente da Câmara, informa necessitar “de mais duas escrevaninhas, com os respectivos bancos, pois se acham matriculados 29 alumnos e existe apenas duas escrevaninhas e três bancos”¹⁷.

Ficamos a imaginar essa sala de aula e o que enfrentavam a professora e seus alunos. A escrevaninha e banco de que trata a documentação, eram móveis para 10 a 15 alunos¹⁸, portanto, se ajustando às condições de tamanho das salas de aula, uma vez que ainda não havia, em Triunfo, prédios específicos para as escolas. Os bancos não possuíam encosto e o tampo das escrevaninhas era levemente inclinado, a fim de facilitar o ato de escrever¹⁹. Os alunos apoiavam ali seus materiais escolares como a lousa, papel, tinteiro, pena e demais materiais.

Souza informa que “da articulação entre saberes, práticas e materiais escolares é que se concretiza o fazer pedagógico que está no cerne da compreensão do funcionamento interno da escola e de sua função no tempo e espaço sócio-histórico” (2007, p. 179-180). O mobiliário escolar se constituía como fundamental no processo e no sistema de ensino e aos professores cabia a sua guarda e conservação — o possível desaparecimento ou deterioração desses eram de sua responsabilidade²⁰. Sua constituição e disposição no espaço da sala de aula, mesmo que esta fosse improvisada, atendia a métodos de ensino, leis, regulamentos e demandas pedagógicas específicas.

O contrato com os fornecedores de mobiliário era pelo prazo de um ano, sendo estes selecionados por meio de concorrência pública e autorizados pelo Diretor Geral (Art. 17, §3, Regulamento da Instrução Publica – 1881). O contrato firmado entre a Câmara Municipal de Triunfo e Horacio Napoleão de Bittencourt, em 2 de agosto de 1885, referente ao abastecimento de móveis e utensílios da aula mista da Olaria Spalding, oferecia os seguintes objetos pelo preço de 291.700,00 réis, com o prazo de três meses para a entrega (ver Quadro 1 a seguir).

17 AHRS, Instrução Pública – Maço 3.

18 OFÍCIO, de 08.01.1879

19 Ver descrição do mobiliário em: CORUJA, Antonio Álvares Pereira. Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre. 2. ed. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1996.

20 Art. 145, §10, Regulamento da Instrução Publica – 1881

Quadro 1 – Relação de utensílios para aula mista de Olaria Spalding (Triunfo, RS, 1885)

Quantidade	Produto	Valor em réis (reais)
1	Mesa grande com duas gavetas	18.000,00
1	Estrado para a mesa	12.000,00
1	Cadeira para a professora	14.000,00
1	Cadeira para visitas	6.000,00
4	Escrivaninhas	80.000,00
4	Bancos para as escrivaninhas	18.000,00
1	Armário com portas	26.000,00
1	Taboa e seus pertences para cálculo	10.000,00
1	Cabide	6.000,00
1	Quadro para menção dos alunos distintos	6.000,00
1	Quadro negro para os incorrigíveis	10.000,00
1	Contador mecânico	24.000,00
1	Coleção de figuras geométricas	22.000,00
1	Tacho grande para água	5.000,00
1	<i>Incompreensível</i>	200,00
1	Vasilha de barro para latrina	1.500,00
1	Relógio para parede	26.000,00
1	Taboleta com as Armas Imperiais	12.000,00

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de AHRS, Instrução Pública – Maço 16.

Os utensílios listados no Quadro 1 foram direcionados para composição física da sala de aula, porém, além desses, alguns materiais encaminhados para as aulas públicas destinavam-se aos alunos pobres. Conforme correspondência do Inspetor Escolar de Triunfo, José Alves Massena, em 24 de Março de 1887: “Attesto ser verdade o menor, de nome João Custódio de Camargo e Filho de homem pobre e de numerosa familia ser carga esta causa de ser fornecido com todos os pertence para sua Educacção na aula Publica d’esta Villa” (AHRS, I.P. Maço 15, 1888).

A evasão escolar acontecia em grande número, mas tal situação era prevista pelas autoridades e devidamente regulamentada: a fim de fiscalizar a permanência dos alunos nas aulas, instituíram-se as “Comissões de Arrolamento”, cujo objetivo era trazer novamente às aulas, crianças que as deixavam de frequentar. Conclamavam os pais e/ou responsáveis por meio de editais publicados em jornais e, em último caso, era aplicada multa aos pais, tutores e protetores que não dessem esclarecimentos referentes ao não comparecimento das crianças nas aulas²¹. No entanto, é possível inferir que a maioria das crianças em idade escolar não frequentava as aulas e as autoridades constituídas, mesmo que fundamentadas pela legislação, não possuíam condições de fiscalizar essa situação, até porque não havia escolas para todos, em que pese o esforço em provê-las.

Considerações finais

O país carecia de aulas públicas na década de 1880 e estas, quando existentes, precisavam de

²¹ Regulamento da instrução Pública – 1881, Capítulos VII e VIII, referente arrolamento dos alunos.

mobiliários e utensílios para seu funcionamento. Ainda, estavam estabelecidas em lugares insalubres e pouco propícios para o ensino. Mesmo com o esforço do governo imperial em abrir escolas, poucos eram os recursos nelas aplicados. A necessidade de solucionar tais questões suscitou discussões acerca da criação de impostos destinados à manutenção da Instrução Pública (SCHNEIDER, 1993).

Durante a pesquisa foi possível analisar documentos que informam sobre o abastecimento de mobiliário e utensílios nas escolas, sobre as rotas de transporte, o que seguia para as freguesias, o fornecimento, a formação de rede de comércio de materiais escolares, como os agentes atuavam na produção e distribuição desses, além das relações entre comerciantes e professores e/ou autoridades locais. A constante preocupação com a distribuição e os gastos provenientes dos materiais escolares dão indícios de como esses estavam intrinsecamente relacionados à cultura material escolar do período e compunham o sistema educacional existente na Província.

Foi possível cruzar essas informações com os dados que foram retirados dos registros centrais de fornecimento para as escolas e constatamos que caixas contendo os objetos solicitados eram enviadas à Câmara Municipal e essa se ocupava em fazer a distribuição aos professores e às aulas já designadas.

Em se tratando da cidade de Triunfo, percebemos a tentativa de manter aulas públicas ativas e o trânsito de professores, utensílios e mobiliário pelas freguesias. A preocupação com gastos, acondicionamento e desgaste de tais objetos era constante e expressa em diversas correspondências. Apesar dos poucos recursos que o governo imperial investia na educação, havia a preocupação com os alunos mais pobres e com a efetiva presença desses em sala de aula. Não obstante, a instrução pública permaneceu precária e inacessível à parte da população, tendo em vista o número reduzido de escolas e a proibição de que crianças e jovens negros as frequentassem.

A produção, aquisição e circulação de mobiliário e materiais diversos constituem elementos do cenário, onde agentes da educação atuaram e fizeram parte das suas experiências. Conforme Vidal: “[...] é impossível compreender a história da escola primária se não são questionados os desafios materiais e práticos que a escola teve que enfrentar” (2004, p. 17). Nesse sentido, já apontamos para a precariedade do número de escolas, de professores habilitados para exercerem a profissão e dos “objetos” presentes no cotidiano escolar, “[...] suportes de práticas, instrumentos mediadores da ação educativa e elementos estruturais para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino” (SOUZA, 2007, p. 11).

A escola através do tempo tem enfrentado diversos desafios, principalmente relacionados à falta de verbas e recursos materiais. A pesquisa sobre a cultura material possibilita ao historiador compreender as redes de abastecimento escolar dentro de um contexto social em que fornecedores lutavam por espaço e professores e alunos trabalhavam com o que lhes era destinado, superando as dificuldades para ensinar crianças e jovens em locais inadequados, casas alugadas, sem espaço e mobília suficiente para os estudantes matriculados. Ao longo da década de 1880 foi discutida a necessidade de criação de prédios, mobiliário, utensílios escolares e benefícios que esses trariam à educação, marcando o início das discussões sobre o modelo de escola que conhecemos hoje.

Referências

- ARRIADA, E.; TAMBARA, E. (Orgs). **Leis, atos e regulamentos sobre educação no período imperial na província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Brasília, DF SBHE INEP, 2004.
- ARRIADA, E.; TAMBARA, E. A cultura escolar material, a modernidade e a aquisição da escrita no Brasil no século XIX. **Educação**. Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 73-88, jan./abr. 2012.
- BASTOS, M. H. C. O ensino mútuo no Brasil (1008-1827). In: BASTOS, M. H. C.; FARIA FILHO, L. M. (Orgs). **A Escola elementar no século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo RS: Ediupf, 1999, p. 95-118.
- BASTOS, M. H. C. O Novo e o Nacional em revista: A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942). **Tese** (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo. São Paulo. 1994.
- BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- BUCAILLE, R.; PESEZ, J. M. Cultura Material. In: BUCAILLE, R.; PESEZ, J. M. **Enciclopédia Einaudi**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1989, v.16.
- CASTRO, R. X. de S. Da Cadeira às Carteiras Escolares Individuais: Entre Mudanças e Permanências na Materialidade da Escola Primária Catarinense (1836- 1914). 2009. 111 f. **Dissertação**, Mestrado em Educação. Universidade Do Estado De Santa Catarina, Florianópolis.
- CASTRO, C. A. (Org.). **Cultura material escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925)**. São Luis: EDUFMA, Café & Lápis, 2011.
- CRUZ, M. dos S. A Abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, J. (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.
- DE PROVÍNCIA de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950. Fundação de Economia e Estatística. Porto Alegre, 1981.
- FARIA FILHO, L. M. Dos Pardieiros aos Palácios: Forma e cultura escolares em Belo Horizonte – 1906/1918. 1996. **Tese** (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo. São Paulo.
- FARIA FILHO, L. M.; et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, 2004. Disponível em: <www.revistas.usp.br/ep/article/viewFile/27928/29700>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- GINZBURG, C. **O Queijo e os Vermes**. SP: Cia das Letras, 1987.
- FREITAS, S. M. de (Org.). **Guia Completo dos Municípios do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sagra/DC Luzzatto, 1993.
- LIMA, G. dos S. A Cultura Material Escolar: desvelando a formatação da Instrução das Primeiras Letras na Província de Sergipe (1834-1858). 2007. 135 f. **Dissertação**, Mestrado em Educação. Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.
- MANACORDA, M. A. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- NETO, K. **Nos tempos da velha escola**. Porto Alegre: Sulina, 1969.
- PESEZ, J. M. A História da Cultura material. In: LE GOFF, J. **A nova história**. Coimbra: Almedina, 1990, p. 183-208.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

SCHNEIDER, R. P. **A instrução pública no Rio Grande do Sul (1770-1889)**. Porto Alegre: EST, 1993.

SOUZA, R. F. de. História da Cultura Material Escolar: Um balanço inicial. In: BENCOSTA, M. L. (Org.). **Culturas Escolares, Saberes e Práticas Educativas: itinerários Históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

TAMBARA, E. **A educação no Rio Grande Do Sul sob o castilhismo**. Pelotas: Ed. UFPel, 1991.

VIDAL, D. G. Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). **Tese** (Livre-Docência). Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2004.

VIDAL, D. G. O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937). **Tese** (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

XAVIER, A. P. da S.; MARQUES, A. A. Cultura material escolar na Província De Mato Grosso. In: **Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**, 6. 2006. Uberlândia. Anais eletrônicos... Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <http://www2.faced.ufu.br/columbe06/anais/arquivos/387AnaPaulaXavier_e_AbimaelMarques.pdf>. Acesso em: 15 maio 2017.

Documentos legais consultados

BRASIL, Constituição (1824). Constituição Política do Imperio do Brazil. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 29 de novembro de 2017.

BRASIL – REINO. Decreto de 30 de junho de 1821. Permite a qualquer cidadão o ensino, e abertura de escola de primeiras letras, independente de exame e licença. Coleção das Leis do Brasil de 1821 – Parte I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. BRASIL.

BRASIL. Decisão n. 138 do Ministério da Guerra de 11 de junho de 1824. Sobre os Militares vindos das Províncias para se instruírem no método do Ensino Mútuo. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1824. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

BRASIL. Aviso n. 49 do Ministério dos Negócios do Império de 26 de fevereiro de 1825. Pede informações sobre a instrução pública nas Províncias. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1825. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

BRASIL. Aviso n. 182 do Ministério dos Negócios do Império de 22 de agosto de 1825. Manda promover nas Províncias a introdução e o estabelecimento de Escolas públicas de primeiras letras pelo Método Lancasteriano. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1825. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1827 – primeira parte. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1878, p. 71-73.

BRASIL. Lei de 16 de agosto de 1834. Manda inspecionar os estabelecimentos de ensino. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1834. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1878.

BRASIL. Decisão n. 8 do Ministério dos Negócios do Império, de 10 de janeiro de 1828. Pede uma relação de todos os colégios e casas de educação existentes nas províncias e dá providências relativas aos mesmos estabelecimentos. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1828. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878.

BRASIL. Decreto de Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Reforma do Ensino primário e secundário. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1879. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879.